

O plano de texto do comentário linguístico: uma proposta de análise

Rute Rosa

Abstract: Whithin the context of Textual Linguistics, this proposal favours the theoretical framework of the Sociodiscursive Interactionism (Bronckart, [1997] 1999; 2008) and the proposals of Jean-Michel Adam (1999; 2008).

This work has as starting point the *commentary* as an activity and focuses on the lack of theoretical development of the notion of *text plan*, in particular in relation to the relevance of *textual organisers* in its marking and the role of the plan in the emergence of *types of discourse* on the textual surface. In this sense, the aim of this paper is to propose an analysis of the text plan that integrates the thematic content, the mechanisms of textual organization that mark the plan, as well as the emergence of types of discourse.

From the analysis of an example of the genre *linguistic commentary*, we conclude that the emergence of types of discourse and mechanisms of textual organisation are subordinated to the thematic contents which, in turn, are regulated by the genre to which the texts pertain and by the social activities associated with the text. In this sense, the text plan and its features are more or less rigidly pre-determined by the selected genre.

1. Introdução

Inscrevendo-se no âmbito da Linguística Textual e enquadrando-se no trabalho de investigação em curso¹, esta contribuição privilegia o quadro teórico do Interacionismo Sociodiscursivo (Bronckart, [1997] 1999; 2008) e as propostas de Jean-Michel Adam (1999; 2008).

Esta proposta tem como ponto de partida a atividade *comentário* e foca a falta de aprofundamento teórico da noção de *plano de texto*, especialmente, no que respeita à relevância dos *organizadores textuais* na sua marcação e ao papel do plano na emergência dos *tipos de discurso* na superfície textual. Neste sentido, o objetivo do presente trabalho é propor uma análise do plano de texto que integre, simultaneamente, os conteúdos temáticos, os mecanismos de or-

ganização textual que marcam o plano, bem como a emergência dos tipos de discurso. Para tal, num primeiro momento, apresentamos as noções de *géneros de texto* e *tipos de discurso*, seguindo-se as noções de *plano de texto* e *organizadores textuais*.

Numa segunda etapa, proceder-se-á à apresentação de uma análise textual descritiva de um exemplar do género *comentário linguístico* (Castro, 2011).

2. Géneros de texto e tipos de discurso

Na perspetiva do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), a linguagem é encarada como forma de ação nas diferentes esferas de interação humana, os textos são os correspondentes empíricos e linguísticos das atividades de linguagem e a produção de qualquer texto implica a seleção e adaptação de um modelo de género, cuja estruturação geral depende das atividades humanas a que está associado (Bronckart, 2008: 40).

Por outro lado, os textos são constituídos por diferentes segmentos que identificamos através da regularidade de unidades linguísticas que se articulam na sua constituição. A este tipo de diferen-

¹ Trabalho de investigação desenvolvido no âmbito do Curso de Doutoramento em Linguística do Texto e do Discurso, financiado pela FCT desde janeiro de 2016 (PD/BD/113974/2015), sob a orientação de Matilde Gonçalves.

tes segmentos constituídos por formas linguísticas específicas, Bronckart designa de discurso, que, consoante as regularidades linguísticas, pode ser classificado em tipos de discurso (Bronckart, [1997] 1999: 138).

Deste ponto de vista, a ocorrência nos textos de determinadas unidades linguísticas (em maior ou menor número) permite identificar quatro tipos de discurso: por um lado, na *ordem do expor*, com valor de conjunção temporal, temos o discurso interativo (valor de implicação) e o discurso teórico (valor de autonomia) e, por outro, na *ordem do narrar*, com valor de disjunção temporal, temos o relato interativo (valor de implicação) e o discurso narração (valor de autonomia) (Bronckart [1997] 1999: 155)². Embora no quadro do ISD se defenda que não é possível estabelecer uma relação biunívoca entre os géneros de texto e os tipos de discurso, Bronckart refere que determinados géneros tendem a ser constituídos por tipos de discurso específicos (Bronckart, [1997] 1999: 254-255). Além disso, como é observado por Coutinho (2004a), a emergência dos tipos de discurso não é totalmente aleatória, ou seja, é regulada pelo *plano de texto*.

3. Plano de texto e organizadores textuais

No quadro do ISD, o plano de texto integra a camada mais profunda do *modelo da arquitetura interna dos textos*, corresponde à «organização de conjunto do conteúdo temático; mostra-se visível no processo de leitura e pode ser codificado em um resumo», e «é determinado

² Dadas as limitações de espaço, não iremos apresentar as características linguísticas associadas aos quatro tipos de discurso. Essa caracterização foi feita por Bronckart, embora a partir de um *corpus* maioritariamente constituído por textos escritos e orais em francês de géneros convencionais ([1997] 1999: 155-179).

pela combinatória dos tipos de discurso, das sequências e das outras formas de planificação que ocorrem no texto» (Bronckart, [1997] 1999: 120). Embora não seja possível classificar os planos de texto, Bronckart sublinha a importância destes na organização dos tipos de discurso (Bronckart, [1997] 1999: 247). No âmbito da Linguística Textual, Jean-Michel Adam, o autor que mais tem trabalhado esta noção, sublinha que «(...) os planos de texto desempenham um papel fundamental na composição macrotextual de sentido. Correspondem ao que a retórica colocava na disposição (...)» (Adam, 2008: 255). Segundo Gonçalves (2011: 9), «para analisar o plano de texto, é preciso identificar as diversas secções que organizam o texto e que fazem parte da composição textual, descrever como se interrelacionam e como são segmentadas no espaço textual».

Já Silva (2016: 193), por seu lado, sublinha que o plano de texto «(...) consiste na distribuição dos conteúdos manifestados e, em suporte escrito, na segmentação formal atestada num texto». Neste sentido, para analisar o plano de texto, é necessário considerar a emergência dos tipos de discurso, a distribuição dos conteúdos, bem como os mecanismos de delimitação e segmentação textual que marcam o plano, ou seja, os *organizadores textuais*.

A noção de *organizadores textuais*, proposta por Schnewly, Rosat e Dolz (1989), tem sido retomada por diferentes autores, encontrando-se oscilações terminológicas e diferentes propostas de categorização (cf. Coutinho, 2004b).

Na proposta de Adam (1999), os organizadores textuais fazem parte da categoria geral dos *conectores*.

Relativamente aos organizadores que estruturam a progressão do texto e indicam as suas diferentes partes, o autor propõe a seguinte classificação: *organizadores enumerativos aditivos, marca-*

dores de integração linear, marcadores de mudança de topicalização e marcadores de ilustração (Adam, 1999: 181). Embora Adam sublinhe que a pontuação também é um mecanismo de organização textual, o autor não integra na categoria dos organizadores textuais os mecanismos gráficos que intervêm na configuração do plano de texto. Segundo Coutinho, os organizadores textuais são «mecanismos de organização textual global, responsáveis pela tarefa de dar a ver, ou sublinhar, o plano de texto» (Coutinho, 2004c: 1). De acordo com esta perspetiva, os mecanismos de segmentação gráfica (títulos, intertítulos, parágrafos, entre outros) também assumem uma função de organização textual (Coutinho, 2004c: 5). Considerando o exposto, em seguida, apresentamos uma análise textual descritiva do plano de texto de um exemplar do género comentário linguístico.

4. Proposta de análise

Numa perspetiva global, o exemplar em análise apresenta um plano de texto organizado em cinco blocos textuais claramente estruturados e delimitados (cf. Anexo A).

O primeiro bloco, antecedido por um elemento peritextual (o título *comentário linguístico*), funciona como uma secção introdutória que anuncia a organização do plano, dado que são enumerados os conteúdos tematizados nas secções seguintes. A delimitação deste segmento é assegurada, sobretudo, por mecanismos de segmentação gráficos (alinhamento justificado e o espaçamento entre a secção seguinte). Quanto aos tipos de discurso, destaca-se a emergência do discurso interativo no fecho da secção, marcada pela presença de uma forma verbal na primeira pessoa do plural do presente do indicativo (*vamos*).

O segundo bloco diz respeito à descrição da estrutura do texto comentado. A partir desta secção, a segmentação do

texto é mais acentuada, sendo assegurada por intertítulos a negrito, que indicam e delimitam de forma explícita o conteúdo temático das secções, pela pontuação e por outros mecanismos gráficos (indentação e parágrafos). Além disso, destacam-se segmentos menores delimitados por organizadores textuais enumerativos (*ou*) e de exemplificação (*como se vê; p. ex.*). Relativamente aos tipos de discurso, embora o discurso teórico seja predominante, o discurso narração ocorre nos momentos em que são tematizados factos históricos relevantes para a descrição. A disjunção temporal e a autonomia são expressos pela ocorrência das formas verbais na terceira pessoa do singular do pretérito do indicativo.

O terceiro bloco, a secção *escrita*, também é delimitado através de um intertítulo a negrito. Nesta secção, os organizadores enumerativos aditivos (*e; ou*) asseguram a conexão, os marcadores de exemplificação introduzem e delimitam os exemplos apresentados (*outro exemplo*), o marcador de integração linear (*já falaremos novo*) marca, simultaneamente, o fecho da série e anuncia a continuidade do tema na secção seguinte. No que diz respeito aos tipos de discurso, verifica-se que o discurso interativo ocorre nos momentos em que é sublinhada a implicação do autor nos comentários e na verbalização de pontos de vista. Este valor de implicação é marcado pela presença de formas verbais na primeira pessoa do plural (*estamos; falaremos*) e por construções com valor modal apreciativo (“Uma interessante característica da escrita é...”). Quanto ao discurso teórico, este predomina nos momentos em dedicados à enumeração das características do texto comentado. Nos segmentos de discurso teórico, não ocorrem unidades que remetam para o sujeito da interação, como por exemplo, formas verbais na primeira pessoa.

O quarto bloco, a secção grafemática, aparece segmentado em secções menores, através de mecanismos gráficos (parágrafos, sinais de pontuação, indentação, espaçamento, alíneas) e de mecanismos de organização textual linguísticos, destacando-se os organizadores de integração linear, na marcação da abertura e fechamento das secções (*Ocupemo-nos primeiro...; Finalmente, o ditongo...; Temos assim...*), bem como os marcadores de exemplificação (*Os exemplos são os seguintes ...*).

Tal como nas secções anteriores, o discurso teórico predomina na descrição do texto comentado, o discurso interativo emerge nas apreciações e tomadas de posição do autor (*Por isso, não incluímos nesta coleção...*) e o discurso narração ocorre nos momentos em que é necessário referir factos históricos relevantes para a descrição (*...o escriba não conhecia as soluções que, na mesma época, eram ensaiadas...*).

Quanto à última secção, embora esta não seja explicitamente anunciada, o marcador de integração linear (*Duas conclusões se tiram...*) assegura a marcação da secção *conclusões*. Além disso, por um lado, a pontuação e as alíneas delimitam e distinguem os resultados e, por outro, a indentação, delimita as citações. Nesta secção, predomina o discurso teórico, no qual se integra de forma pouco delimitada o discurso interativo (*Este resultado é interessante...*).

Considerações finais

A partir da análise efetuada, constatamos que a marcação do plano de texto é assegurada por mecanismos de organização textual gráficos e linguísticos. Neste exemplar, a mudança de topicalização é assegurada por mecanismos gráficos, não ocorrendo organizadores linguísticos de mudança de topicalização (por exemplo, *quanto a, no que concerne*). Neste sentido, a mesma função pode ser desempenhada por diferen-

tes mecanismos de organização textual, ou seja, as funções dos organizadores textuais são reveladas textualmente.

Além disso, verifica-se que a emergência dos tipos de discurso está associada a conteúdos temáticos específicos. Embora predomine o discurso teórico, o discurso interativo emerge associado aos pontos de vista do autor e o discurso narração à referência de factos históricos que contextualizam e explicam as características do texto comentado. Por outro lado, a delimitação dos blocos textuais é determinada pelos conteúdos tematizados.

Nesta perspetiva, a emergência dos tipos de discurso e os mecanismos de organização textual mobilizados estão subordinados aos conteúdos tematizados que, por sua vez, são regulados pelo género em que se insere o texto produzido, bem como pelas atividades sociais a que está associado. Neste sentido, o plano de texto e as suas características são mais ou menos rigidamente pré-determinados pelo género selecionado.

Referências

- Adam, Jean-Michel. (1999) *Linguistique Textuelle. Des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan.
- Adam, Jean-Michel. (2008) *A linguística textual. Introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez Editora.
- Bronckart, Jean-Paul. ([1997] 1999) *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. Trad. Anna Raquel Machado. São Paulo: EDUC.
- Castro, Ivo. (2011) *Introdução à História do Português*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 138-143.
- Coutinho, Maria Antónia. (2004a) “A ordem do expor em géneros académicos do português europeu contemporâneo”. In: *Caleidoscópico*, vol. II, n.º 2. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, pp. 9-15.

Coutinho, Maria Antónia. (2004b) “Organizadores textuais – Entre língua, discurso e género” In: Oliveira, Fátima & Isabel Margarida Duarte (orgs). *Da língua e do discurso*. Porto: Campo das Letras, pp. 283-298.

Coutinho, Maria Antónia. (2004c) “Sobre organizadores textuais”. In: *Gramática Textual do Português*.

Gonçalves, Matilde. (2011) “Espécie de texto: contributo para a caracterização do sítio web”. In: *Hipertextus*, pp. 1-12.

Schneuwly, B., Rosat, M.-C. & Dolz, J. (1989) “Les organisateurs textuels dans quatre types de textes écrits (élèves de 10, 12 et 14 ans)”, *Langue Française* 81, pp. 40-58.

Silva, Paulo Nunes da. (2016) “Género, conteúdos e segmentação: em busca do plano de texto” In: *Diacrítica*. Revista do centro de estudos humanísticos; série ciências da linguagem, n. ° 30/1, pp. 181-224.

Anexo A: Castro, 2011: 138-143

138 **Introdução à História do Português**

Comentário Linguístico

Dispõe a *Notícia de Torro* de um comentário extenso e pormenorizado em Cintra, 1991. Vamos limitar-nos, por isso, a alguns aspectos, como sejam a estrutura do texto, certas particularidades da escrita e um pouco de gramática.

Estrutura: Foi feita referência à divisão da *Notícia* em duas partes, ou actos (Costa 1979). Em todo o caso, pode introduzir-se no texto uma compartimentação menor, o que ajuda à sua compreensão:

Linhas 1-4. Por um acordo antigo, Lourenço Fernandes deveria herdar a quinta parte dos bens de Gonçalo Ramires, tal como qualquer dos seus quatro filhos. A lista dos bens vem a linhas 13-19.

4-10. Por um segundo acordo, os filhos de Gonçalo Ramires comprometeram-se a não alienar qualquer parcela dos bens recebidos do pai sem anuência de Lourenço Fernandes.

11-20. As partilhas nunca foram feitas. Pior ainda, os filhos de Gonçalo Ramires apoderaram-se de casas e de bens que pertenciam a Lourenço, o qual considera que o acordo foi rompido.

20. Ocorre um incidente grave, o «mal», entre Lourenço Fernandes e os Gonçalves.

20-22. Paz do Louredo. Indemnizações.

22-27. Nova série de assaltos, sequestros e violações.

27-41. Lista das «ajudas» que Lourenço Fernandes presta aos Gonçalves.

41-55. Continuação dos assaltos posteriores à paz do Louredo. Interrupção do documento.

Como se vê, a narrativa não é cronologicamente linear: p. ex., as «ajudas» devem ter sido contemporâneas ou anteriores ao segundo acordo. As discordâncias entre sequência normal dos acontecimentos e narrativa, tornando problemática a compreensão desta, sugerem que ela foi escrita sob ditado, como uma espécie de tomada de depoimento verbal, ficando a sequência sujeita a variações do declarante (Lourenço Fernandes), que seriam regularizadas em ulterior passagem a limpo do documento.

Cadernos WGT: Comei

[Brocardo, M. T. & C. N. Correia (orgs.)]

Escrita: Uma interessante característica da escrita da *Notícia* é a quantidade de erros que contém e que não foram emendados, ou o foram de modo que, mais uma vez, evidencia tratar-se de um documento pouco preocupado com a forma. Em vez de riscar ou mesmo rasurar os erros, o escriba limita-se a acrescentar-lhes um o e apagar (mentalmente) o e, passando a limpo eliminar a forma superada.

Na linha 3, lê-se *sesopater*, mas a grafia do possessivo não significa que tal forma existia. O escriba começou por escrever o possessivo *romance seu*, antes de decidir passar para a forma latina *suo*, talvez por harmonização com *pater*, que ia escrever a seguir. Em vez de cancelar as letras *eu*, contentou-se em acrescentar-lhes um o e apagar (mentalmente) o e.

Outro exemplo: em *Tefosa*, linha 16, não estamos perante um topónimo real, mas sim perante uma correção de *u paraf*, usando o mesmo sistema. O escriba preparava-se para escrever *Tefosa*, mas decidiu passar para *Tefosa*, no quadro das suas hesitações *f de que já falaremos de novo*.

Nem todos os erros do manuscrito estão reparados desta forma, que exige ter tido o lapso advertido no momento em que estava a ser cometido, havendo espaço disponível para logo o emendar. Há alguns casos de letras ou palavras riscadas e emendadas na entrelinha, processo mais habitual, do que dão conta as notas finais da edição do texto.

Gramática: As oscilações do escriba na representação gráfica de certos fonemas constituem, talvez, o aspecto mais importante da *Notícia* enquanto documento linguístico.

A irregularidade, a oscilação e, por vezes, a comprovada hesitação na escolha das grafias fazem pensar que o escriba não possuía uma ortografia individual (ao contrário dos escribas da chancelaria real, seus contemporâneos). Acha-se assim na obrigação de, em certos momentos, inventar grafias para representar certos sons, o que serve para reconstruirmos partes do sistema fonológico do galego-português. A sua disposição tinha dois códigos gráficos, nenhum dos quais parece dominar um de aspecto alatinado, que apenas usa em palavras muito fideis e próprias da linguagem legal, bona (bens), Joos filios, pater, mater, illos, Super, hic, in ipso die, etc.; e outro de características romances, sendo difícil decidir se corresponde a uma scripta determinada ou se radica em improvisos.

São estas grafias romances ou romançadas que mais nos interessam, deixando de lado as latinas, por não corresponderem a uma representação da realidade oral. Laurencus ou mesmo Laureço não provam que o ditongo latino [aw] ainda estivesse vivo, pois coexistem ao lado de Louredo, cuja grafia <ou> não deixa dúvidas quanto à existência do ditongo low, que podemos supor se encontrasse oculto também sob a

140 **Introdução à História do Português**

grafia <au>. Do mesmo modo, suas ou tanto correspondem, de forma graficamente idêntica, às pronúncias romances (<sewa> e <supa>), respectivamente.

a) Ocupemo-nos primeiro dos ditongos. Um inventário exaustivo de grafias, ainda que não de formas, revela a existência de cinco ditongos, todos decrescentes: [ew], [ow], [ej], [o] e [u].

O ditongo [ew] tem sempre a grafia <eu>:
 <eu>: 3 sen, 11 dem, 20 mater, 25 perden

O ditongo low tem quatro grafias:
 <ou>: 2 Lourdeu, 21 rogou
 <ou>: 33 castoy
 <ou>: 10 octra, 36 madoc
 <ou>: 3fo, 11 oueri, 13 mundo, 21 beiro, 23 trojeri, 49 otra

A grafia <ou> talvez se possa considerar mera variante paleográfica de <ou>, até porque ocorre uma única vez. Quanto a formas como *oueri*, pensa Cintra que «o u da grafia representa simultaneamente a semi-vogal do ditongo e a consoante bilio-dantil v seguinte» (Cintra, 1991: 54). Embora tais casos de cumulação de funções fonológicas em um mesmo grafema não sejam invulgares nos textos da época, parece escusado por essa hipótese neste caso, vista a abundância de exemplos de <o> para representar o ditongo.

O ditongo [ej] é representado por quatro grafias, a primeira das quais não é, curiosamente, a mais numerosa:
 <ei>: 21 beiro
 <ec>: 7 plecto, 9 leccafa, 27 rec, 41 becio
 <ee>: 16 Figueredo
 <e>: 10 leuatié, 51 geratá

O ditongo [o] tem três grafias:
 <oi>: 20 depois
 <ou>: 22 de por
 <ui>: 26 fia

A forma depois presta-se a duas interpretações: ou corresponde à pronúncia não-ditongada [ou] etimologicamente justificada (< DOST), ou corresponde a ditongo, sem marcação da semivogal. O precedente de outros casos análogos torna a segunda a mais plausível. Quanto à grafia <ou>, inclino-me a considerá-la variante de <ou>, com a oscilação <ou> <ou> muito frequente, neste texto e em outros do séc. XIII.

Finalmente, o ditongo (uj) tem duas grafias:

<ou>: 32 vezes

<ou>: 14 defricari, 25 fructu

Não há, na *Notícia de Fero*, representantes dos restantes ditongos decrescentes do port. ant. [aj], save [wi] (Teyssier, 1932: 26). Dada a pequena dimensão do texto, isso não deve surpreender.

Examinando em conjunto todas as grafias recolhidas, constatamos as seguintes equivalências:

[u]: <ou>, <od>, <O>, <O>

[j]: <ou>, <od>, <O>, <O>

Ou seja: se descontarmos os casos singulares de <O> e de <O>, encontramos paralelismo na representação de ambas as semivogais. Além das correlações w: <ou> e j: <O>, que são de tradição latina, tanto uma como outra podem ser representadas por <O> ou por coisa nenhuma, <O>. O primeiro caso pode explicar-se ora por grafia etimológica, ora por hipercorreção. O segundo não pode corresponder a uma monotongação do tipo [ou] < ou < e >, já que outra coexiste com outra, mudo com mudo, fo (sou) com rogo, levar com leuase. Além disso, tal monotongação não ocorre hoje ainda no dialecto minhoto central, pelo que seria estranha na época. Não será de ver, nesta omissão que afecta por igual as duas semivogais, alguma incerteza do escriba quanto à natureza dos fonemas semivocálicos e talvez mesmo quanto à distinção entre eles?

b) Onde não há dúvida de que ele heinza constantemente quanto ao som que deve representar é no par (v). Trata-se de uma «evolução rara» para Cintra, que não coincide «Outros exemplos deste indicio de indistinctio entre esta consoante surda e a sonora correspondente». Também Clarinda Maia não o conhece, registando uma única forma que com ele parece relacionada, aprofiteadas, em documento galego de Pontevedra, 1271 (Cintra, 1991: 49; Maia, 1936: 473). Na *Notícia*, os exemplos são os seguintes:

Estamos aqui perante resultados de l- inicial latina (LUDICU, LACTARE) e de DI (ADUTARE), os quais convergiram para a africada palatal sonora <ɖ>, que mais tarde se simplificou para a fricativa <ʃ>. Mas no tempo da *Notícia*, como ficou claro, a africada ainda não se confundiu com a fricativa. Por isso, não incluímos nesta colecção, ao contrário de Cintra (Cintra, 1991: 45), a forma 21 baixo, de BACLARE, cuja fricativa paralizou por influência do iode sem ter passado por uma fase africada. Também não contamos a forma 55 Pelagio, por ser um castiçano gráfico.

Um comentário especial merece a forma usar horro, poumar, do laim URIDARU. Sendo certo que o resultado mais habitual de DI + vogal é a prefrasal (<ɖ>, como em ARDEO > arço, ALUDO > ouço (Williams, 89-9), a sua evolução para a africada sonora, neste caso, poderá explicar-se através da forma provincial verger, a qual, aliás, está ainda mais próxima deste verjar que de outras formas medievais portuguesas, igualmente explicadas como provincialismos, verpal e veger.

Temos assim a africada palatal sonora (ɖ) com duas grafias: <ɖ> e <ɖ>. São exactamente os mesmos que servem à sua correspondente surda ʃ, e apenas elas (descontado o latínimo 40 piluz, que aparece no Testamento como chuz):

<ɖ>: 29 vezes, 49 vezes, 51 vezes

<ɖ>: 54 vezes

Duas conclusões se tiram:

a) a africada surda (ʃ) não dispõe de grafias próprias, recorrendo o escriba não a uma, mas ao conjunto das grafias da consoante mais próxima, o seu par sonoro (ɖ); este comportamento não tem paralelo na vasta documentação analisada por Clarinda Maia. A africada pré-palatal surda (ʃ) aparece, de uma maneira invariável, em todas as épocas e regiões estudadas, representada por Ch. (Maia, 1936: 468).

b) isto prova a existência autónoma da africada sonora na língua da época, ou no dialecto local: de facto, se se confundisse com a fricativa <ʃ>, não haveria nenhum motivo para serem as suas grafias escolhidas pelo escriba para representar ʃ, pois então o som mais próximo deste seria a africada prefrasal surda (ʃ), cuja grafia, na *Notícia*, são <ɖ> e <ɖ>. Este resultado é interessante quando posto em confronto com a opinião de Clarinda Maia:

pode ter-se como altamente provável que, no séc. XIII já se tinha iniciado o processo de transformação da africada pré-palatal sonora em fricativa. (Maia, 1936: 472)

Vermim 14 Ueracim, 35 Ueraci 22 Feraci

Ve: 34, Vece, 34 sacce, 33, Ve

Tevoas 16 Teffoas, ou seja Teffora > Tevoas

É uma labiodental sonora vj que o escriba ora representa por <ou>, equivalente a <v>, ora por <f>. De facto, Vermim deriva de uma ULLA UERACINI, vez de LUICE (< UICE), e a actual povoação Tevoas de uma lat. TABULOSA, que deveria ter originado regularmente Tevoas, como aparece na *Notícia* e em todos os documentos medievais (Cintra, 1991: 31-32).

Em Teffoas e escreva la cometer o arto de representar vj por <f>, quando se devesse e acrescentou a grafia correcta. Nos outros exemplos, variou entre as duas grafias. Apareceram, nãa dificuldade em reconhecer a labiodental sonora destas palavras.

O fenómeno inverso também ocorre. Uma labiodental surda etimológica ʃj testigo (< TESTIFICO), pode ser escrita como 28 testigo. Fica assim claro que se trata não apenas da dificuldade em reconhecer a sonora, mas tem da dificuldade em distinguir um do outro dois fonemas que são separados apenas pelo traço de sonoridade. Sima, talvez, de que esse traço não era marcado distintamente no dialecto local, induzindo em confusão um escrito vindo de outra região? Ou estaremos perante uma manifestação muito antiga, e sem continuação directa, do comportamento que, nos dialectos setentrionais, caracterizava a sonora (v) ao evoluir para a fricativa labiodental B? Não deixa de intrigar que v se comporte sempre com instabilidade, embora as consequências dessa instabilidade sejam diversas.

c) Mas o som que o escriba mais claramente tem dificuldades em representar é a africada [ʃ]. Produto exclusivamente galego-português resultante de Pl, Cl, Fl, Pl, não dispunha esta africada palatal surda de qualquer grafia latina ou tradicional e o escriba não conhecia as soluções que, na mesma época, eram emanadas pelos copistas do Testamento de Afonso II (Sancho e Saucio).

Por isso, limitou-se a tomar emprestadas as grafias que conhecia para a africada sonora correspondente dʃ, ou seja <ɖ> e <ɖ>:

<ɖ>: 27 vezes, 31 vezes

<ɖ>: 26 vezes, 29 vezes, 29 vezes

Cadernos WGT: Comente o seguinte texto

[Brocardo, M. T. & C. N. Correia (orgs.) (2017). Lisboa: FCSH | NOVA]